

## Editorial

# Realidade Brasileira e Serviço Social

É com grande entusiasmo que publicamos a nova edição da revista *Libertas*, 2025-1, que traz o dossiê temático “Realidade Brasileira e Serviço Social”.

A complexidade e a diversidade dos estudos da realidade brasileira, particularmente no campo da teoria crítica marxista, nos levaram à elaboração deste dossiê, buscando contribuições acerca dos diferentes temas que tratam do Brasil, retomando dilemas históricos e questões latentes da contemporaneidade.

Os estudos que tratam da realidade brasileira têm sido vastamente desenvolvidos nas Ciências Humanas e Sociais há muito tempo, com diferentes recortes e abordagens. Tanto os dilemas mais amplos da formação social brasileira e os debates em torno do pensamento social brasileiro, quanto os enfoques em especificidades da realidade social, tais como os aspectos econômicos, políticos, culturais, sociais e territoriais, são sempre postos e repostos para estudo, análise e interpretação, pois, como disse Ianni (2004, p. 41) “uma das singularidades da história do Brasil é que este é um país que se pensa contínua e periodicamente”.

Os desafios postos na contemporaneidade são amplos e extrapolam a realidade nacional, basta pensar no contexto de crise mundial do capitalismo, na ofensiva ultraneolibreral, nos preceitos conservadores e fascistas que assombram o mundo; porém, tais questões podem se apresentar de formas particulares em uma sociedade como a brasileira, o que abre espaço para formulações para entender esta realidade e as possibilidades de lutas e resistências da classe trabalhadora. Novamente invocando Ianni (2004, p. 41), a reflexão sobre a realidade se dá de forma sistemática “no contexto de conjunturas críticas ou a partir de dilemas e perspectivas que se criam quando ocorrem rupturas históricas”.

Nestes últimos anos percebemos que há um aprofundamento dos estudos sobre a realidade brasileira no Serviço Social, onde pesquisas e publicações vêm abordando tal temática, resgatando interpretações clássicas e contemporâneas acerca do Brasil para a compreensão dos processos atuais e para pensar os rumos do trabalho e da formação

profissional.

Pensamos que tais estudos e pesquisas respondem ao reconhecimento, já consagrado nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social, de 1996, do núcleo de “formação sócio-histórica da sociedade brasileira” como um dos três pilares de fundamentação constitutivos da formação profissional. Neste conjunto de pesquisas, vem ganhando aprofundamento nos últimos anos, o debate étnico-racial na formação em Serviço Social, em que a discussão tem partido da premissa de que “o conceito de raça/etnia é fundamental para a compreensão da questão social na dialética da formação social brasileira” (ABEPSS, 2018, p. 13), estabelecendo uma relação estrutural entre raça/etnia e classe para a compreensão do racismo na particularidade histórica do Brasil.

Para além disso, grupos de estudo e pesquisa, projetos de pesquisa e extensão, trabalhos de conclusão de curso de graduação e pós-graduação dedicados ao estudo da realidade brasileira vêm munindo o Serviço Social de importante arcabouço teórico-analítico para compreender o Brasil contemporâneo, que demanda, por vezes, retomar o passado para encontrar “as raízes do presente, com intuito de delinear as perspectivas do futuro” (Ianni, 2004, p. 43).

Assim, apresentamos um conjunto de textos que buscam jogar luz sobre vários aspectos e dilemas da realidade brasileira.

Abrimos o dossiê com a análise de **Ana Elizabete Mota** no artigo *“Ofensiva da direita, crise da democracia e ameaças às conquistas civilizatórias”*. Trata-se de um texto que problematiza a ofensiva da extrema direita no plano mundial, no âmbito da reação burguesa à crise do capitalismo. A autora indica a emergência de conservadorismos de novo tipo, assim como uma mudança no modo de operar a democracia burguesa. Expõe a hipótese de redefinição das modalidades estratégicas de enfrentamento às manifestações da questão social, envolvendo o empreendedorismo e o trabalho por conta própria, “como mecanismos de enfrentamento do desemprego, ajustamento às mudanças do trabalho e esvaziamento das políticas de trabalho e renda, com a centralidade da sobrevivência e a captura da superação da pobreza pelas políticas de transferência de renda, na esfera da assistência social”.

O texto de **Ivete Simionatto, Fabiana Luiza Negri, Edinaura Luza e Ravi Calseverini Toledo**, *“Da espontaneidade à direção consciente: a potencialidade das lutas sociais na realidade brasileira”*, apresenta o quadro das lutas sociais no Brasil dos anos 2000, trazendo reflexões sobre seu campo de articulação, perspectivas e estratégias de ação, destacando a importância do processo de formação de uma consciência crítica e a construção de um projeto emancipatório.

Estudos que abordam a conformação das classes sociais e as particularidades da classe

trabalhadora no Brasil contemporâneo ganham destaque no dossiê. Dentre eles está o artigo *“Burguesia dependente e crise de hegemonia no Brasil”*, de **Isabela Ramos Ribeiro**, que se utiliza de pesquisa bibliográfica para tratar do papel da burguesia na composição do bloco no poder e na crise de hegemonia estabelecida em 2013 no Brasil, bem como as características dessa crise que perpassa diversos governos. Ainda nesta abordagem, **Daniel Carvalho Silva** apresenta o texto *“Neoliberalismo: da direita à esquerda na política brasileira”*, analisando de forma breve os governos neoliberais de Collor, FHC, Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro e a particularidade da classe trabalhadora em face do ordenamento da sociedade de classes no Brasil. **Artur Bispo dos Santos Neto**, em *“A função mistificadora do Produto Interno Bruto brasileiro e o aumento da taxa de mais-valor”*, parte da realidade brasileira em um debate atual e necessário acerca da mistificação dos dados do PIB (Produto Interno Bruto) no ocultamento da força de trabalho no processo de produção de mais-valor. Apresenta contribuições importantes acerca da apreensão da lógica produtiva e reprodutiva do capital na fonte do pensamento de Marx e de outros autores marxistas.

Também se destacam os trabalhos que relacionam a conformação da classe trabalhadora e a questão étnico-racial no Brasil, sob diferentes enfoques, constituindo um importante acúmulo em torno do debate da relação entre classe e raça na realidade brasileira. O texto *“Escravidão e construção do Estado Nacional: implicações sobre a generalização do trabalho assalariado no Brasil”*, de **Alcione Ferreira da Silva**, apresenta uma discussão relevante que instiga reflexões acerca da formação da classe trabalhadora no Brasil. Tem como proposta debater a escravização da população originária da África e de seus descendentes na relação com a constituição do Estado Nacional brasileiro. Já o artigo de **Lívia Cintra Berdu e Flávia Saragiotto Magalhães do Valle**, *“Particularidades do capitalismo no Brasil: superexploração da força de trabalho, racismo e mito da democracia racial no capitalismo dependente”* apresenta importantes reflexões sobre o desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil, sobretudo no que tange ao processo de conformação da classe trabalhadora no país, enfatizando a superexploração da força de trabalho, o racismo e o “mito da democracia racial” como elementos estruturais de sua consolidação.

Ainda na abordagem sobre o tema da questão étnico-racial, **Erykah Rodrigues dos Santos Iturriet e Rafael Cardiano** apresentam *“A superação do obstáculo epistemológico do mulato: método e ambiguidade”*. Através de densa pesquisa bibliográfica, abordam a maneira pela qual se construiu a classificação parda na sociedade brasileira “com variações que precisam ser organizadas partindo de um ponto de vista político-revolucionário, questionando as maneiras antigas de percepção aguerridas pelas ciências sociais, sem esquecer o prisma das

estruturas sociais que influem na percepção de leitura dos sujeitos negros brasileiros”. O artigo “*Formação das sociedades angolana e brasileira: dominação e resistências dos povos originários*”, de autoria de **Boás dos Santos** e **Edna Maria Goulart Joazeiro**, apresenta um estudo de natureza conceitual, a partir de pesquisa bibliográfica, que evidencia o protagonismo dos povos originários nas formações das sociedades brasileiras e angolanas. Com foco na educação, cultura e identidade, destaca-se a participação das mulheres no processo de resistência ao apagamento cultural em face da colonização.

Dois textos tratam diretamente do Serviço Social na realidade brasileira, o primeiro é “*Capitalismo dependente e questão social: apontamentos sobre eugenio e serviço social*”, de **Larisso Miranda de Brito**, que problematiza a emersão da questão social e da profissão de Serviço Social na realidade do capitalismo dependente. Para tanto, apreende historicamente o surgimento do trabalho livre (e assalariado) na constituição da particularidade da sociedade de classes e das políticas eugênicas e higienistas na consolidação do Serviço Social e da questão social no Brasil. O outro, “*A ofensiva conservadora ao pensamento de Antonio Gramsci e o Serviço Social brasileiro*”, de **Eliana Andrade da Silva**, analisa como a atual ofensiva conservadora sobre a teoria e o legado de Gramsci impactam o Serviço Social brasileiro, que se aproxima das elaborações do pensador sardo na década de 1970, através de questionamentos à “direção social estratégica da profissão”.

No âmbito do debate de Estado, políticas sociais e direitos humanos na realidade brasileira, o dossiê conta com as contribuições de **Maria Suelen Santos** e **Mariana de Ávila Santos**, que no artigo “*Gestão social no Brasil de 1988 a 2021*”, apresentam importante reflexão teórica e histórica sobre os antagonismos que perpassam a gestão social no Brasil no período demarcado. O trabalho fundamenta-se em pesquisa bibliográfica no âmbito do Serviço Social e o resultado do estudo aponta para o caráter antidemocrático e conservador da gestão social brasileira principalmente a partir do golpe parlamentar de 2016. Também com o artigo “*Proteção social na realidade brasileira: a assistência social em questão*”, escrito por **Ana Carolynna Ribeiro Sales**, **Vera Núbia Santos** e **Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves**, aborda a política de assistência social através da formação social brasileira, marcada, de forma estrutural, pela relação de dependência com os países de capitalismo central e pela herança colonialista, compreendendo-a como parte de contradições e lutas sociais mais amplas. As autoras indicam os óbices estruturais como o clientelismo, o patrimonialismo e a mediação do favor que permeiam a política de assistência social e o campo de disputa na atualidade, o que “exige, mais do que nunca, a articulação das lutas coletivas em defesa dos direitos sociais”.

O dossiê também conta com contribuições que passam pelo eixo temático da questão

agrária, urbana e ambiental, sob enfoques variados, como o texto de **Letícia Soares Nunes e Paula Algeri Roithmann**, “*A questão ambiental e destrutividade capitalista: o desastre ambiental no Rio Grande do Sul*”, que traz uma reflexão sobre os desastres ambientais no estado do Rio Grande do Sul, ocorridos em 2024, indicando que tais acontecimentos se dão pelas características próprias da sociedade capitalista, agravando a desigualdade social e a destrutividade ambiental. Já **Gizele Cristina Carvalho dos Santos e Hisakhana Pahoona Corbin**, no artigo “*Reassentamento involuntário e desenvolvimento urbano em Belém - Pará*”, discutem o reassentamento involuntário em decorrência de Programas de Desenvolvimento Urbano, tendo como enfoque a experiência do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova I, em Belém. Naquele contexto, o reassentamento de 92 famílias gerou a ruptura de vínculos com o território de origem e o encarecimento do custo de vida no novo território, situação que reforça a importância das ações de geração de emprego e renda, visando evitar o empobrecimento de famílias reassentadas.

No campo de debate dos direitos humanos no Brasil, temos o artigo “*Desigualdade no acesso ao saneamento básico no Brasil: questão social e a dimensão de gênero*”, de autoria de **Isabel Jardin do Nascimento Andrade**, que estende a compreensão de direitos humanos ao acesso à água e ao saneamento básico. Em contrapartida, a ausência desse direito é debatida como uma expressão da questão social. O tema amplia-se ao trazer para o debate a dimensão de gênero e de pessoas LGBTQIAPN+.

Para fechar o dossiê temático nada mais justo que um artigo centrado em um dos maiores intérpretes da realidade brasileira: Florestan Fernandes. No artigo “*Atualidade do pensamento educacional de Florestan Fernandes*”, **Raí Vieira Soares** trata do pensamento educacional deste intelectual-militante, problematizando os desafios da educação pública na contemporaneidade e as múltiplas possibilidades de diálogo com sua obra.

Continuamos recebendo artigos em fluxo contínuo e este número traz, na seção Tema Livre, importantes contribuições que fazem parte do escopo da revista. Das quais, discussões teóricas como as trazidas no artigo “*A recepção do direito à centralização de capital no contexto da produção do espaço urbano*”, **Murilo Amadio Cipollone**, que sustenta a reflexão teórica na crítica da forma jurídica estruturada por Evgeni Pachukanis, com a modalidade procedural que lhe atribui Edelman. O autor investiga o processo de recepção do direito à centralização de capital no contexto da produção do espaço. “Cuida-se, assim, da crítica do modo pelo qual a forma jurídica reproduz e torna eficaz a infraestrutura econômica pós-fordista, no sentido de expandir as taxas de exploração da classe trabalhadora”. Outra contribuição teórica é apresentada por **Luiz Carlos de Souza Junior** no artigo intitulado “*Educação e trabalho:*

*considerações sobre o processo de formação humana*”, que busca refletir sobre o processo de formação humana através da ontologia marxista, relacionando o debate da educação com a categoria trabalho, elementos fundamentais para pensar a construção do ser social.

Contribuições que tem como central a área da saúde, contamos com três artigos. O primeiro, de **Karina Faustino de Carvalho Tetéo e Edlla Hoffmann**, intitulado “*As implicações da organização do trabalho para a interprofissionalidade na saúde mental*”, analisa como as transformações do mundo do trabalho influenciam na materialização do trabalho interprofissional na área da saúde. Os resultados apontam que grande parte dos dispositivos de saúde mental pesquisados se encontra pautada no trabalho multiprofissional, sem o exercício da interprofissionalidade, pois permanecem centrados em ações individuais, sem trocas e ações integradas entre os(as) profissionais. Ainda sobre saúde mental, o artigo de **Bruna Alves da Motta, Keiza da Conceição Nunes, Ingrid de Assis Camilo Cabral**, “*O invisível salta aos olhos: saúde mental e residência multiprofissional no Hemorio*”, apresenta os resultados de uma pesquisa realizada em 2023 com residentes do programa multiprofissional do Instituto Estadual de Hematologia Arthur de Siqueira Cavalcanti (Hemorio), tratando sobre a percepção destes em relação à experiência no programa e as implicações na sua saúde mental. Por fim, dentro da área da saúde temos o artigo “*Judicialização da saúde pública e trabalho profissional: de estratégia a fluxo institucional*”, sob autoria de **Clara Stephanie Andrade Pereira**, realiza um estudo teórico e reflexivo sobre o tema, indicando que o recurso da judicialização é utilizado frequentemente como estratégia de garantia à acesso dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) a bens e serviços em saúde. A autora aborda as contradições do uso deste recurso no campo do trabalho profissional que indicam a necessidade da defesa coletiva pelo efetivo financiamento do SUS.

Para fechar a seção Tema Livre apresentamos dois artigos. O primeiro, de **Bruna Carolina Silva dos Reis, Sônia Regina Nozabielli, Júlia Bezerra Nunes do Amaral e Patrícia Leme de Oliveira Borba**, “*Do chão à tela: dimensões da proteção social de jovens na pandemia de covid-19*”, apresenta o resultado de uma pesquisa realizada com seis jovens do ensino médio do município de Santos-SP durante a pandemia da Covid-19, buscando evidenciar os impactos da ausência da escola presencial na proteção social destes sujeitos. O segundo é de **André Henrique Mello Correa**: “*As teses do VI CBAS de 1989 nas trincheiras da luta antirracista do serviço social brasileiro: legado e atualidade*”, que apresenta o legado e a atualidade das teses apresentadas no VI CBAS de 1989, evidenciando o pioneirismo de assistentes sociais negras no tensionamento deste debate já em idos dos anos 1980/1990.

Neste número contamos ainda com a entrevista feita por **Samuel Francisco Rabelo**

intitulada “*Filha de Xica Manicongo: entrevista com Adriana Lohanna dos Santos*”, que aborda a trajetória social e política de **Adriana Lohanna dos Santos** enquanto uma mulher transexual negra e nordestina, primeira assistente social transexual do estado de Sergipe, seus desafios e estratégias de resistência, luta e militância.

Para fechar este número, a *Libertas* traz o texto “*Considerações sobre o conceito gramsciano de ‘classes subalternas’*”, de **Massimo Modonesi**, traduzido pelas docentes da Universidade Federal Fluminense (UFF) **Ana Lívia Adriano** e **Emilie Faedo Della Giustina**.

A imagem de capa retrata a destruição da floresta amazônica por uma queimada ocorrida nas proximidades da cidade de Porto Velho, capital de Rondônia, em agosto de 2020, expressando a dimensão de destruição implacável da natureza exercida no âmbito das relações sociais capitalistas, além de nos remeter ao que ainda precisa ser feito para enfrentar os dilemas do nosso tempo histórico. Registrada pelo fotógrafo **Bruno Kelly**, a foto – que estampou inúmeras reportagens sobre desmatamento, corrupção e o desmonte de políticas ambientais no Brasil – foi divulgada pela agência de jornalismo independente Amazônia Real, uma organização sem fins lucrativos que busca dar visibilidade às populações e às questões da Amazônia, defendendo a equidade, a igualdade e a diversidade. Agradecemos ao Bruno e à Amazônia Real pela permissão do uso da imagem.

Encerramos este editorial agradecendo às várias contribuições que reforçam a diversidade de enfoques na análise crítica da realidade brasileira e no crescimento do estudo das particularidades da formação social brasileira nos últimos anos, especialmente no Serviço Social. Desejamos uma boa leitura!

Juiz de Fora, 30 de junho de 2025.

Bruno Bruziguessi, Luciano Souza, Alexandra Eiras e Isaura Aquino.

## Referências bibliográficas

- ABEPSS. *Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social*. ABEPPS: Vitória, 2018.  
IANNI, Octávio. *Pensamento social no Brasil*. Bauru/São Paulo: EDUSC/ANPOCS, 2004.